



O IMPACTO DA COVID-19 NA VIDA DAS MULHERES RURAIS DO NORDESTE DO BRASIL

Dra. Laeticia Medeiros Jalil, UFRPE¹
Michelly Aragão Guimarães Costa, NUSUR-IDAES/UNSAM e FSOC-UBA²
Luiza Carolina Silva, UFRPE³
Dra. Maria do Socorro de Lima Oliveira, UFRPE⁴

RESUMO

O artigo apresenta os resultados do estudo sobre o impacto da COVID-19 na vida das mulheres rurais durante a pandemia na região nordeste do Brasil. Por meio de uma investigação exploratória quanti e qualitativa, foram analisados fatores determinantes sobre a condição de trabalho e o acúmulo do trabalho doméstico e cuidados; situação sobre a produção de alimentos; violência de gênero; estratégias e ações comunitárias que as mulheres têm desenvolvido frente às desigualdades agravadas pela COVID-19. A violência estrutural interseccional e histórica como o patriarcado, o racismo e o capitalismo contra as mulheres rurais no contexto da pandemia reforçou a precariedade e a vulnerabilidade de suas vidas, além de expor a violência de gênero, a crise de cuidados em suas famílias e comunidades e o retorno da fome.

Palavras chave: Mulheres rurais; COVID-19; Divisão sexual do trabalho; Violência de gênero.

¹ Socióloga, Professora Dra. da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, feminista, mãe de Inácio; Membro do GT de Mulheres da ANA e da Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste; Coordenadora do Núcleo Jurema - Feminismos, Agroecologia e Ruralidades - UFRPE. laeticiajalil@gmail.com

² Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidad de Buenos Aires - FSOC/UBA; Pesquisadora no Núcleo NUSUR-IDAES/UNSAM e no Núcleo Jurema - Feminismos, Agroecologia e Ruralidades - UFRPE. Integrante da Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste. mikellyaragao@gmail.com

³ Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, feminista, mãe de Izabella; Pesquisadora do Núcleo Jurema: Feminismos, Agroecologia e Ruralidades; Integrante da Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste. luizacsilva00@gmail.com

⁴ Socióloga, Professora Dra. da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, feminista, Coordenadora do Núcleo Jurema - Feminismos, Agroecologia e Ruralidades - UFRPE . socorrololiveira@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Estamos atravessando uma das pandemias mais complexas do mundo, a COVID-19, conhecida como coronavírus, no qual mais de 123,3 milhões de pessoas no mundo foram diagnosticadas com COVID-19 e quase 2,7 milhões perderam a vida (RTVE, 2021). No Brasil, a região nordeste é a segunda em quantidade de casos diagnosticados (2.768.474) e falecimentos (64.124) (CORONAVÍRUS/BRASIL, 2021).

A emergência derivada da COVID-19 está causando impactos específicos nas populações mais vulneráveis, entre as quais estão as mulheres rurais, aprofundando significativamente as desigualdades socioeconômicas, de saúde, ambientais, de gênero e étnico-raciais pré-existentes à pandemia nos territórios da América Latina e Caribe, como também, aumentando o número de casos da violência de gênero, transfeminicídios⁵, conflitos territoriais e o retorno do Brasil para o mapa da fome.

Ao falar de mulheres rurais⁶ não estamos nos referindo a um “sujeito universal” Mulher e sim Mulheres desde suas especificidades, e as interseccionalidades que marcam suas trajetórias, como as questões de classe, raça, etnia, idade, sexualidade e práticas sociais diversas. São mulheres que desenvolvem diversas atividades e que estão inseridas em culturas distintas e que vivem, sentem e reproduzem esse modo de ser a partir de seus corpos e trajetórias, da sua relação com a natureza, com a biodiversidade, suas práticas de trabalho, culturais e espirituais.

As mulheres rurais são portadoras de saberes ancestrais e geradoras de novos conhecimentos, fundamentais para o fortalecimento do tecido social nos territórios em que vivem e, sobretudo, para a reprodução deste modo de vida específico, que também é uma forma de organização social e política que constroem outras formas de relações sociais.

Neste sentido, a categoria mulheres rurais parte de lugares de desvantagens (simbólicas, materiais, subjetivas/objetivas), o que demonstra que é preciso analisar que as

⁵ Brasil apresenta novo aumento consecutivo nos casos de assassinatos de pessoas trans em relação ao ano de 2019, desta vez no primeiro quadrimestre de 2020, mesmo no período de pandemia pelo coronavírus. Acreditava-se que durante a pandemia da COVID-19, os índices de assassinato poderiam diminuir como aconteceu em outras parcelas da população, pela necessidade do isolamento social colocado em muitas cidades/estados. Mas quando vemos que o assassinato de pessoas trans aumentou, temos um cenário onde os fatores sociais se intensificam e tem impactado a vida das pessoas trans, especialmente as travestis e mulheres transexuais, trabalhadoras sexuais, que seguem exercendo seu trabalho nas ruas para ter garantida sua subsistência, visto que a maioria não conseguiu acesso as políticas emergenciais do estado devido a precarização histórica de suas vidas. (ANTRA-BRASIL, 2020).

⁶ Neste trabalho a categoria de mulheres rurais compreende as mulheres trabalhadoras rurais, as agricultoras familiares, as assentadas da reforma agrária, agroextrativistas, pescadoras artesanais, aqüicultoras familiares, indígenas e quilombolas.

estruturas do sistema capitalista, patriarcal, racista e colonizador também privilegiam certas categorias em detrimento de outras, apesar de todos/as estarmos na estrutura. Portanto, não é o mesmo ser uma mulher quilombola, indígena, lésbica ou travesti em relação a um homem-branco-cis-hétero. Poder localizar, situar, distinguir e apontar as diferentes condições que perpassam nossos corpos é imprescindível para gerar ações radicais de libertação e mudanças de forma integral (COSTA, 2018).

Com a urgência de compreender essa nova realidade impactada pela pandemia, o estudo surgiu da demanda de organizações feministas e agroecológicas, movimentos sociais, universidades da região do Nordeste e do estado do Rio de Janeiro no Brasil⁷. O objetivo foi compreender como as mulheres rurais têm sido impactadas pela COVID-19. Quais têm sido suas experiências de organização comunitária e as dificuldades enfrentadas? Como o impacto da pandemia reorganizou suas vidas e territórios?

O estudo teve como objetivos específicos: (i) analisar o impacto da COVID-19 na vida das mulheres rurais, especificamente as condições de emprego, trabalho doméstico e cuidados, acesso à alimentação e produção de alimentos e violência de gênero; (ii) analisar como o contexto da COVID-19 e o isolamento social impactaram e reorganizaram a vida das mulheres em suas diferentes áreas e territórios; (iii) identificar as estratégias e ações comunitárias que as mulheres rurais têm desenvolvido diante das desigualdades agravadas pela COVID-19.

A posição epistemológica do estudo concebe a vulnerabilidade estrutural como uma variável histórica que se agrava durante a pandemia, em que “as vidas das mulheres estão expostas à violência estrutural interseccional intimamente ligadas ao racismo e ao patriarcado que marcam seus corpos racializados e sexualizados” quanto às formas de precariedade material, física, emocional em decorrência do impacto da COVID-19. (BIDASECA, 2020)

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma metodologia mista: quali e quantitativa (SIRVENT, 2005) e buscamos problematizar o impacto da COVID-19 desde uma perspectiva feminista interseccional descolonial baseada na participação/ação (BIDASECA, 2020). A pesquisa aconteceu de forma virtual, no qual realizamos por meio de aplicativos e redes sociais como o WhatsApp, Facebook e Instagram (NATALIE M. UNDERBERG E ELAYNE ZORN, 2013) e dadas às características do confinamento da equipe de pesquisa e das

⁷ A pesquisa é fruto de uma articulação entre a Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste, Núcleo Jurema/UFRPE, Casa da Mulher do Nordeste, Polo da Borborema, AS-PTA/PB, Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisa em Agroecologia-NEEPA, CETRA/CE, ESPLAR/CE, MAB/CE, REMNEGRA/MA, CMTR/MA, AMM/MA, MIQCB, GT de Gênero e Ruralidades/CPDA/RJ, Instituto PACs/RJ, NUSUR/UNSAM/Argentina.

mulheres. A pesquisa online teve um caráter exploratório e composto por questões pré-determinadas, que foram feitas a partir de uma série de variáveis relacionadas às características socioculturais e territoriais da região nordeste do Brasil.

Os questionários on-line foram complementados com entrevistas e relatos que as mulheres compartilharam por meio de áudios pelo WhatsApp e chamadas telefônicas realizadas pelas pesquisadoras para as mulheres que são protagonistas em suas comunidades, organizações e que têm um papel fundamental de multiplicadoras, mobilizadoras e lideranças em suas comunidades e territórios. Também realizamos revisão de dados de censos, pesquisas e relatórios especializados. Utilizamos como categorias de análise: Impacto da COVID-19; Condições de trabalho; Trabalho doméstico e de cuidados; Produção de alimentos; Violência de gênero.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A coleta de informação e dados foi realizada entre 25 de maio de 2020 a 15 de julho de 2020, onde atingiu 1.550 mulheres, das quais 1.219 são urbanas (78,6%) e 331 são mulheres rurais (21,4%) que residem: 19,5% em Pernambuco; 15,3% na Paraíba; 14,7% no Maranhão, sendo que 0,7% da mostra são mulheres trans/travestis. Em relação à auto identificação étnico-racial das mulheres rurais: 47,9% são pardas, 26,2% são negras, 20,7% são brancas e 3,6% são indígenas.

Das 331 mulheres rurais pesquisadas no Nordeste, 40% têm filhos em idade escolar e 70% (230) das mulheres tiveram um parente infectado pela COVI-19. Quando perguntamos se tiveram alguma dificuldade para acessar os meios de prevenção da COVID-19, 18% responderam que tiveram dificuldades.

A pesquisa no Nordeste aponta que 48,6% (159) das mulheres rurais não estão produzindo; das que estão produzindo, que são 51,4% (171): 29% (50) estão produzindo apenas para o consumo familiar e 22,3% (38) não estão comercializando em nenhum espaço, ou seja, perderam alguma fonte de acesso na renda econômica; 39,8% (132) das entrevistadas disseram conhecer alguma família que não têm acesso à alimentação e 20,8% (66) responderam que a alimentação da família piorou. Esses dados demonstram a fragilidade que estas famílias vivem em relação ao acesso à alimentação, mas ainda escondem a questão da fome, como algo difícil de ser assumido pelas famílias.

Dados do IBGE (2019) demonstram que aproximadamente 50 milhões de brasileiros/as vivem em situação de pobreza e cerca de 13 milhões na extrema pobreza. Em

2020, com o advento da pandemia causada pelo novo COVID-19, que levou a medidas como o isolamento social, impactou, sobretudo, a população que já se encontravam com estado de insegurança alimentar, uma vez que houve aumento do desemprego e a necessidade de paralisar o comércio local não essencial, causando uma crise econômica e aprofundando a crise social já enfrentada pelo país.

O IBGE, publicou em 2020 a Pesquisa de Orçamento Familiares - POF, referente a dados coletados em 2016 e 2017. Segundo a POF, dos 68,9 milhões de domicílios no Brasil, 36,7% estavam com algum grau de insegurança alimentar, atingindo 84,9 milhões de pessoas. Menos da metade dos domicílios do Norte (43,0%) e Nordeste (49,7%) tinham acesso pleno e regular aos alimentos. Dos 3,1 milhões de domicílios com insegurança alimentar grave no Brasil, 1,3 milhão estava no Nordeste. (AGÊNCIA IBGE, 2020).

Frente a esse cenário, diversas organizações e movimentos sociais, promoveram ações de solidariedade e enfrentamento à fome. O Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra - MST, realizou diversas ações de doação de alimentos provenientes da agricultura familiar de base agroecológica, além de lançar o projeto #Cozinha Solidária, que tem como objetivo fornecer alimentação segura e de qualidade para a população vulnerável nos 11 estados que o movimento atua no Brasil⁸.

O Coletivo Banquetaço, junto a organizações da sociedade civil⁹, lançou a campanha informativa “*Gente é pra brilhar, não pra morrer de fome*”¹⁰, em outubro de 2020 com diversas ações de enfrentamento à fome, entre elas a distribuição de almoços e alimentos agroecológicos produzidos pela agricultura familiar e a promoção de painéis de discussões em torno da “*Comida, como um direito de todos/as*”, “*Conexões alimentares*” e a necessidade de fortalecer a agricultura familiar e agroecológica no Brasil. O Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Teto - MTST, construiu as Cozinhas Solidárias, inauguradas no ano de 2021 em algumas capitais, como São Paulo e Aracajú¹¹.

A pesquisa nordeste evidenciou o protagonismo das mulheres rurais em relação à participação comunitária ou política no momento da pandemia. Da amostra, 75,2% das

⁸ Para saber mais: <https://www.uol.com.br/nossa/noticias/redacao/2020/05/19/projeto-une-refeicoes-solidarias-e-ocupacao-remunerada-durante-a-pandemia.htm>.

<http://cnbbne2.org.br/igreja-e-mst-criam-cozinha-solidaria-para-pessoas-em-situacao-de-rua-no-recife/>

⁹ Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável, a Agência Popular Solano Trindade, o coletivo Gastronomia Periférica, o Instituto Socioambiental (ISA), Greenpeace Brasil, Sefras (Serviço Franciscano de Solidariedade), Gastromotiva, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

¹⁰ Para saber mais: <https://genteprabrilhar.org/>

¹¹ Para saber mais: <https://mtst.org/mtst/as-cozinhas-solidarias-do-mtst-refeicoes-gratuitas-e-afeto-nas-periferias-do-brasil/>

mulheres rurais responderam que participam de algum movimento social ou associação, sendo que 43% se envolveram em grupo de mulheres ou comunitários para gerar ações contra os efeitos da COVID-19, vinculados à emergência sanitária e à repartição de alimentos nos seus territórios. Foi notório a participação das mulheres rurais em ações de mobilização comunitária e solidariedade para as famílias que não tinham como adquirir seu próprio alimento, bem como em ações de solidariedade nos momentos de adoecimento, violência e cuidados para com outras mulheres.

Segundo Moraes, et all. (2020), na pesquisa realizada durante a pandemia com as lideranças rurais da região norte e nordeste do país, se evidenciou a importância do papel dessas mulheres no “fazer a política do privado na esfera pública, colocando o cuidado e a sustentabilidade da vida (familiar e comunitária) no centro do fazer política”, sendo as protagonistas no controle à disseminação do coronavírus em suas comunidades e territórios. (MORAES, et all., 2020).

É importante mencionar o trabalho da Articulação Nacional de Agroecologia - ANA em acompanhar e visibilizar a situação sobre a merenda escolar das crianças neste contexto de pandemia e a relevância do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE para a vida das mulheres rurais e para a agricultura familiar no Brasil. Segundo a ANA (2021), a merenda escolar é uma importante aliada para combater a fome e a insegurança alimentar. No entanto, neste período de isolamento social, algumas gestões municipais não cumpriram com a Lei 11.947/2009, gerando um impacto diretamente na agricultura familiar e nas populações rurais, já que um dos principais mercados para esse segmento é através da venda institucional para o PNAE, o que afetou a renda das agricultoras e agricultores e desestimulou a continuação da produção.

Como resultado, houve um aumento nos preços dos alimentos, uma vez que há a diminuição da oferta de produtos e uma clara política econômica neoliberal que acirrou as desigualdades no Brasil. De acordo com a ANA (2021), a agricultura familiar vive em constante vulnerabilidade, sofrendo os impactos do isolamento social e do fechamento das feiras, e corte dos recursos destinados às compras institucionais, reduzindo os espaços e canais de comercialização dos produtos.

Este cenário também foi observado na pesquisa do nordeste, uma vez que em relação a comercialização 50% vendiam na sua comunidade; 18% porta a porta; 14% Feira; 6% Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e 4% Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Sobre o impacto vinculado à renda e trabalho familiar, 51% foram

fortemente impactadas: 28% perderam seu trabalho; 23% algum membro da família perdeu o trabalho (ver gráfico 1).

Gráfico 1: Impacto da COVID-19 na renda e trabalho da sua família



Fonte: Pesquisa “O impacto da COVID-19 na vida das mulheres”. Pernambuco/ Brasil, 2020.

Na pesquisa do nordeste, quando perguntamos sobre o acesso de algum membro familiar ao auxílio de emergência do governo federal, 76% das mulheres rurais responderam que puderam acessar o auxílio emergencial do governo federal, aprovado após várias disputas entre o poder legislativo e executivo, com a proposta inicial, pelo atual presidente da república Jair Bolsonaro, no valor de R\$200,00. O auxílio foi aprovado na Câmara de Deputados/as no valor de R\$600,00 e R\$1.200,00 para as mulheres chefes de família. Na amostra, das que receberam o subsídio emergencial, 56% receberam o valor de R\$600,00 e 40% receberam o valor de R\$1.200,00.

Destacamos que a importante política pública emergencial que seria dirigida à agricultura familiar para ajudar a administrar a situação financeira e manter a produção de alimentos das mulheres rurais e suas famílias foi vetada pelo então presidente. O Projeto de Lei (PL) 735/20, previa um pacote de medidas para o setor que propõe a concessão de auxílio de cinco parcelas de R\$ 600 para agricultores/as familiares, pescadores/as, extrativistas, entre outros¹². Com este novo contexto de pandemia e isolamento social, o escoamento da

¹² O PL 735/20 foi aprovado em julho de 2020 pela Câmara e em agosto pelo Senado a partir de uma articulação dos partidos de oposição. Além do benefício de R\$ 600 Bolsonaro vetou ainda trechos como o que garantia um programa de fomento para apoiar a atividade da categoria. A ideia deste último era subsidiar o público-alvo do PL com R\$ 2.500 em parcela única para cada unidade familiar de produção durante a vigência do estado de calamidade pública, gerado pela COVID-19. Para as mulheres rurais, por exemplo, o valor era mais alto, chegando a R\$ 3 mil. Ao vetar os trechos, o presidente alegou falta de estimativa sobre o impacto financeiro do pacote de medidas. No entanto, a decisão só pode ser revertida pelo Congresso Nacional, em caso de derrubada do veto, que ainda não tem data para avaliação pelo plenário. (BRASIL DE FATO, 2021).

produção das/os agricultoras/es familiares ficou extremamente prejudicado pela suspensão das feiras populares, eventos, entre outros, efeitos das medidas para evitar a propagação da COVID-19.

Em relação ao trabalho doméstico da amostra do nordeste, 93,2% das entrevistadas afirmaram que o trabalho doméstico aumentou no contexto da quarentena e 69,5% afirmam que se sentem sobrecarregadas. Para além do trabalho doméstico e de cuidados, o seguimento às atividades escolares das crianças também foi apontado como um fator de sobrecarga porque são as mulheres que se responsabilizaram por esta tarefa na família. O difícil acesso à internet e o pouco entendimento das tecnologias de educação virtual e a distância geraram dificuldades para acompanhar a educação dos/as filhos/as e o acesso às políticas públicas como o auxílio emergencial.

A pesquisa realizada pela SOF – Sempre Viva Organização Feminista – “*Sem parar, o trabalho e a vida das mulheres na pandemia*”¹³ que alcançou mais de 2.600 mulheres brasileiras, demonstrou que no período do isolamento social, 50% das mulheres passaram a apoiar ou se responsabilizar pelo cuidado de outra pessoa. Entre essas mulheres, 80,6% passaram a cuidar de familiares, 24% de amigos/as e 11% de vizinhos. (SOF, 2020).

O recente relatório “*Tempo de cuidar*”, realizado pelo Instituto OXFAM, também sinaliza a sobrecarga do trabalho doméstico na vida das mulheres, onde são elas as responsáveis por 75% dos trabalhos de cuidados no mundo, corroborando que a situação de calamidade pública gerada pela pandemia colocou as mulheres em maiores vulnerabilidades em relação ao trabalho de cuidados e expondo a crise da injusta divisão sexual do trabalho no campo e na cidade.

Desde os primeiros meses de 2020 a pandemia se arrasta de forma a intensificar a divisão sexual do trabalho, que precisa ser vista como uma desigualdade violenta no cotidiano das mulheres. Com o objetivo de visibilizar este contexto de sobrecarga do trabalho doméstico e de cuidados como uma das formas de violência de gênero, que impactam diretamente na vida das mulheres rurais e sua saúde emocional, psíquica e física e buscando visibilizar e denunciar esta questão, provocando um debate para a sociedade e as organizações e movimentos sociais do campo agroecológicos no Brasil, a Rede de Feminismo e Agroecologia do Nordeste¹⁴ adaptam a campanha “*Pela Divisão Justa do*

¹³ Para saber mais: <http://mulheresnapandemia.sof.org.br/>

¹⁴ A Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste (REDE), composta por um amplo leque de atores sociais, entre eles estão as 3 universidades Federais, 22 ONGs do campo agroecológico, 3 movimentos sociais feministas como o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural –MMTR-NE, Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu- MIQCB, Movimento das Mulheres Camponesas –MMC e 2 movimentos mistos como o Movimento dos Pequenos Agricultores –MPA, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra –MST. A

*Trabalho Doméstico: Ficar em Casa é uma questão de saúde, dividir tarefas e viver sem violência também*¹⁵, buscando recolocar o debate sobre a injusta divisão do trabalho doméstico e de cuidados como uma dimensão da violência contra as mulheres e de saúde pública e justiça social.

A violência gênero é um fator impactante durante o isolamento social, onde as vítimas ficam desassistidas e impossibilitadas de realizar denúncias e/ou pedir ajuda a redes de apoio e familiares. Da amostra, um 12,9% sofreram alguma forma de violência: 8,4% não realizaram denúncia, contra 0,6% que o fizeram. Enquanto 3,9% não se sentiram à vontade para responder. Sendo que 60% das mulheres responderam que não existem delegacias especializadas para realizar a denúncia, o que representa uma subnotificação dos dados.

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP os casos de violência de gênero na pandemia em março de 2020, quando o país decretou estado de emergência e estados como São Paulo, Pernambuco, Rio de Janeiro e Ceará iniciaram distanciamento social, houve o aumento de 38,9% em feminicídios em comparação com o mesmo período do ano anterior. (FBSP, 2020).

A crise sanitária, socioeconômica e de cuidados provocada pelo avanço do vírus e o desafio que isso implica para o nosso país, tem colocado na mesa um debate urgente sobre a necessidade de construir políticas públicas que possam tornar visível, reconhecer e valorizar o trabalho de cuidados historicamente feminizado. Se trata de um debate em construção que afeta todas as esferas da vida social, econômica e política. Nesse contexto, é imprescindível considerar de forma interseccional como se visibiliza o trabalho realizado historicamente pelas mulheres rurais e identidades feminizadas nos espaços comunitários, nos quais se concentram grande parte das tarefas e responsabilidades que atuam como extensão das tarefas não remuneradas que desempenham nas comunidades e casas.

Observamos, portanto, que o impacto negativo da pandemia é exacerbado em populações historicamente excluídas desde sua condição de gênero, classe, étnico-racial ou de residência, sendo a violência de gênero e a sobrecarga do trabalho doméstico e de

REDE foi fundada em 2014 e atua a partir de ações articuladas com atores nos territórios da região nordeste do Brasil nos seguintes eixos temáticos: elaboração e proposição de políticas públicas; construção de metodologias participativas; análises e sistematização de experiências e processos de formação e capacitação de grupos de mulheres, juventudes, povos e comunidades tradicionais, especialmente no contexto do sistema de ATER, visando sua qualificação.

¹⁵ Para saber mais <https://www.facebook.com/pg/peladivisaojustadotrabalhodomestico/posts/>
<https://www.youtube.com/watch?v=ov0Ar44SuzA>

cuidados são fatores que impedem as mulheres rurais, indígenas e negras de exercerem uma vida digna e livre de violências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estudo observou-se que no contexto rural, outros agravantes afetam a vida das mulheres rurais. A insegurança alimentar e a fome, o difícil acesso a água potável e acesso à internet (direito à comunicação, informação e educação formal), o escasso acesso aos serviços nas comunidades rurais como bancos, postos de saúde, hospitais, agências de correios ou lotéricas (que servem como serviços bancários), a falta de perspectiva para as mulheres jovens foram apontados por elas como algumas das dificuldades que se intensificam neste momento da pandemia, tornando mais complexa a rede e o circuito das violências contra os corpos feminizados e racializados.

Destacamos o processo de cortes e redução das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil, principalmente para as ações de compras institucionais, apoio à assessoria técnica e produção agroecológica. É um processo que aprofunda as desigualdades estruturais, de gênero, do racismo, da fome, da insegurança alimentar, do acesso a recursos etc. Isso tem impacto direto na vida das mulheres rurais, uma vez que são elas as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidados e pela produção para o autoconsumo, gerando uma sobrecarga de trabalho.

Garantir a infraestrutura de produção e comercialização, como a melhoria da nutrição desde a perspectiva agroecológica no combate à fome, torna-se urgente, assim como a retomada das ações de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) com perspectiva de gênero, linhas de crédito e fomento aos quintais produtivos é fundamental neste momento.

A vulnerabilidade estrutural do racismo aprofunda ainda mais as desigualdades socioeconômicas, culturais, de acesso a serviços, direitos e, portanto, consideramos que o estudo requer de dados e análises que permitam reconhecer em profundidade como a COVID-19 tem impactado às comunidades indígenas e quilombolas. Foi notória a dificuldade para aplicar o questionário e/ou entrevista as mulheres indígenas e quilombolas devido à falta de internet e educação digital, o que reforça a desigualdade de acesso aos serviços a essas mulheres no mundo rural e conseqüentemente a insuficiência de informação para combater as problemáticas específicas destas mulheres. A injusta divisão sexual trabalho, a violência gênero contra a mulher e o racismo são questões fundamentais a serem combatidas como condição para superar uma vida de opressão e desigualdades no campo e na cidade.

Esperamos que esta pesquisa possa fornecer dados e elementos para a formulação e planejamento de políticas públicas desde a perspectiva feminista interseccional, voltadas principalmente para o período pós-quarentena/vacinação no Brasil, com ações voltadas ao combate à violência e para a Soberania e Segurança Alimentar, ATER de gênero e programas emergenciais.

Dessa forma, a pesquisa ainda busca saber: Quem cuida da cuidadora? Quais são os obstáculos em relação às questões de trabalho, produção agroecológica, violência de gênero e institucional, organização social e participação política? Como reconhecer e visibilizar as estratégias das mulheres em seus territórios a partir de ações e mobilizações para a manutenção dos laços de organização comunitária e do "Bem viver" sem essencializar e politizar o trabalho de cuidados? Quais são os desafios para a agroecologia e para os feminismos a partir do impacto da COVID-19 na vida de mulheres rurais?

Algumas questões permanecem abertas após a realização deste trabalho, as quais são fundamentais para podermos analisar as novas dinâmicas no mundo rural heterogêneo a partir de uma perspectiva feminista interseccional. É imprescindível analisar o papel do Estado e o poder de agência dos diferentes atores no campo da implementação de políticas públicas com uma perspectiva de gênero, antirracista e agroecológica em relação às feminilidades mais vulneráveis do campo. Portanto, seguimos buscando encontrar reflexões que dêem conta dessas questões e do problema central do estudo, voltado principalmente para o período pós-quarentena/vacinação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência IBGE. 10,3 milhões de pessoas moram em domicílios com insegurança alimentar grave. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28903-10-3-milhoes-de-pessoas-moram-em-domicilios-com-inseguranca-alimentar-grave>. Acesso em: 20/03/2021.

ANA. Já dormi várias vezes na sala de aula com fome”, desabafa estudante que defende a importância da alimentação escolar. 2021. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2021/02/25/ja-dormi-varias-vezes-na-sala-de-aula-com-fome/>. Acesso em: 20/03/2021.

ANTRA. Assassinatos de pessoas trans voltam a subir em 2020. 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.org/category/violencia/>. Acesso em: 25/03/2021.

Brasil de Fato. Sem auxílio, agricultores acumulam prejuízos e pedem derrubada a vetos de Bolsonaro. 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/02/16/sem-auxilio-agricultores-acumulam-prejuizos-e-pedem-derrubada-a-vetos-de-bolsonaro>>. Acesso em: 22/03/2021.

Coronavírus/Brasil. COVID-19 Painel Coronavírus. 2021. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em 22/03/2021.

Bidaseca, Karina, Costa, Michelly, Brighenti, Maura, Ruggero, Santiago. El impacto del COVID-19 en la vida de las mujeres afrodescendientes, indígenas, campesinas, migrantes, trans, disidencias, trabajadoras de cooperativas, de la economía solidaria y de barrios populares, cuyo informe es publicado por la UNIDAD CORONAVIRUS (MINMGD-CONICET-MINCYT). 2020.

COSTA, Michelly. O feminismo é revolução no mundo: outras performances para transitar corpos não hegemônicos. 2018 Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/interritorios/article/view/236748/29409>>. Acesso em: 22/05/2021.

FBSP. Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19 – ed. 3 24 de julho de 2020. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-e-d03-v2.pdf>>. Acesso em: 14.12.2020.

Instituto OXFAM. Tempo de Cuidas: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. Brasil, 2020. Disponível em: <<https://plan.org.br/relatorio-oxfam-trabalho-domestico/>>. Acesso em: 12/01/2021.

Moraes, Lorena, Shana, S. Sieber, Funari, Juliana. Mulheres lideranças rurais, participação política e trabalho de cuidado durante a pandemia de covid -19. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/21574/13157>. Acesso em: 27/03/2021.

RTVE. El mapa mundial del coronavirus. 2021. Disponível em: <<https://www.rtve.es/noticias/20200821/mapa-mundial-del-coronavirus/1998143.shtml>>. Acesso em: 22/03/2021.

Sirvent, M. T. El Proceso de Investigación (2ª edición -revisada, 2005). Investigación y Estadística I Cuadernos de la Oficina de Publicaciones de la Facultad de Filosofía y Letras (Opfyl). 2005.

SOF. Sem parar, o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. 2020. Disponível em: <http://mulheresnapandemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_Sem_Parar.pdf>. Acesso em 27/03/2021.

Underberg M, Natalie y Zorn, Elayne. Digital Ethnography: Anthropology, Narrative, and New Media. University of Texas Press, 2013. ProQuest Ebook Central, <http://ebookcentral.proquest.com/lib/graduateinstitute/detail.action?docID=3443656>. Val Plumwood (1993). Feminism and the Mastery of Nature, London-New York, Routledge. 2013